

⇒ PROJETO DE LEI APRECIADO PELO PLENÁRIO:

Sessão Plenária Extraordinária:
Dia: 11/12/2018

Em regime de urgência
Discussão única

APROVADO o Projeto de Lei Complementar nº 58/2018, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a redação do artigo 6º da lei complementar nº 151, de 09 de outubro de 2013 - FECF”, na forma do substitutivo da CCJ¹. **Prazo para manifestação do governador: 08/01/2018.**

Link para acessar o texto encaminhado a autógrafo

http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=6&url=L3NjcHJvMTUxOS5uc2YvMzRjNGUyZGE5YjE3YzBkMzgzMjU2NmVjMDAxOGQ4MzAvZTg2ZmQyMWE1OWlyNDA5YTAzMjU4MzNjMDA2YzdkZTc/T3BlbkRvY3VtZW50#

APROVADO o Projeto de Lei nº 4478/2018, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a data de validade prevista no art. 2º da lei nº 7483, de 08 novembro de 2016, alterada pela lei 7.627, de 09 de junho de 2017, que reconhece o estado de calamidade pública no âmbito da administração financeira declarado pelo decreto N° 45.692, DE 17 de junho de 2016, com a subemenda a emenda 6. Quanto as 13 emendas recebidas foram rejeitadas. Vai a redação final.

Link para acessar a redação final

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/309103afcb0c094503258361006696ac?OpenDocument>

¹ Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça – análise das emendas – favorável às emendas nºs 03, 06, 07, 10, 18, 26, 32, 41 e 44. Favorável com subemenda aglutinativa às emendas nºs 01 e 28; 04,05,08,09,11, 22, 23 e 38; 13 e 27; 29 e 37; 30 e 31. Prejudicadas as emendas 33 pela 25, 24 pela 21, contrário as demais emendas, concluindo por substitutivo, sob forma final de redação.

Em regime de urgência/
Discussão Única

APROVADO, nas Comissões Técnicas², o **Projeto de Lei nº 4487/2018**, de autoria dos deputados André Ceciliano, André Lazaroni, Thiago Pampolha e Zaqueu Teixeira, que “Autoriza o estado do Rio de Janeiro a reinstaurar o incentivo fiscal de que trata a lei estadual nº 1954, de 26 de janeiro de 1992 e dá outras providências”. O PL recebeu 12 emendas e retorna às Comissões para análise das emendas recebidas.

Link para acessar as emendas

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/0d02f0593dbd2e5e032583610061bacf?OpenDocument>

2ª DISCUSSÃO:

APROVADO o **Projeto de Lei nº 1123-A/2015** (redação do vencido), de autoria da então deputada Tânia Rodrigues, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade da fabricação de etiquetas em braile e letras ampliadas em peças de vestuário”. **Vai a autógrafa.**

Link para acessar o texto encaminhado a autógrafa.

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/c615b4c9019ba60903258360007186cb?OpenDocument>

APROVADO o **Projeto de Lei 2350-A/2017** (redação do vencido), de autoria da deputada Tia Ju, que “Dispõe sobre a destinação de dois por cento dos recursos arrecadados com as multas da Lei Seca para a Fundação pra a Infância e Adolescência (FIA)”. **Vai a autógrafa.**

Link para acessar o texto encaminhado a autógrafa.

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/8148a02ea7ad1438032583600072f28d?OpenDocument>

² Comissões Técnicas: Constituição e Justiça; Cultura; Esporte e Lazer; Economia Indústria e Comércio; Tributação Controle da Arrecadação Estadual e de Fiscalização dos Tributos Estaduais (com emenda); e de Orçamento Finanças Fiscalização Financeira e Controle.

APROVADO o Projeto de Lei nº 2089-A/2016 (redação do vencido emendada), de autoria dos deputados Samuel Malafaia e Jorge Picciani, que “Altera a lei nº 7402, de 18 de julho de 2016 que determina que pessoas feridas em acidentes de trânsito sejam levadas, pelo corpo de bombeiros, para hospitais conveniados aos seus planos de saúde”. As 03 emendas apresentadas foram rejeitas. **A redação do vencido aprovada vai a autógrafo.**

Link para acessar o texto encaminhado a autógrafo.

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/e3f6fa406de3a56c032583600074aac7?OpenDocument>

1ª DISCUSSÃO:

APROVADO o Projeto de Lei nº 1755/2016, de autoria da deputada Lucinha, que “Autoriza o Poder Executivo a conceder incentivos fiscais para os fins que especifica, e dá outras providências”, com a **emenda apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça. A matéria vai à redação do vencido para 2ª discussão.**

APROVADO pelas Comissões³ o Projeto de Lei nº 3969/2018, de autoria da deputada Martha Rocha, que “Estabelece a Política Estadual de Segurança Pública e Defesa Social - PESPDS e dá outras providências”. O PL recebeu 20 emendas e retorna às Comissões Técnicas.

Link para acessar as emendas.

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/4bd2ee a62d716e5e832582660061deb2?OpenDocument&Highlight=0,3969%2F2018>

APROVADO pelas Comissões⁴ o Projeto de Lei nº 4207/2018, de autoria do deputado André Lazaroni, que “Institui o marco regulatório de que trata a lei federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 no estado do Rio de Janeiro e dá outras providências”. O PL recebeu 22 emendas e retorna às Comissões Técnicas.

Link para acessar as emendas.

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/c967da2a501b08560325836100663495?OpenDocument>

³ Comissões de: Constituição e Justiça; Segurança Pública e Assuntos de Polícia; Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania; Assuntos Municipais e de Desenvolvimento Regional; Servidores Públicos; Educação; e de Orçamento Finanças Fiscalização Financeira e Controle

⁴ Comissões de: Constituição e Justiça; Servidores Públicos; Economia Indústria e Comércio; e de Orçamento Finanças Fiscalização Financeira e Controle.

2ª DISCUSSÃO:

APROVADO o Projeto de Lei nº 2210-A/2016, de autoria dos deputados Zaqueu Teixeira e outros, que “Institui a política estadual de economia solidária no âmbito do estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências”. A matéria vai a autógrafo.

APROVADO o Projeto de Lei nº 1649-A/2016, de autoria da deputada Lucinha, que “Obriga as empresas que operam em regime de concessão de transbordo e tratamento de resíduos sólidos a disponibilizarem 5% do seu contrato para fomento da atividade de reciclagem”, na forma do substitutivo da CCJ. O substitutivo aprovado vai a autógrafo.

1ª DISCUSSÃO:

APROVADO o Projeto de Lei nº 2016/2016, de autoria do deputado Comte Bittencourt, que “Altera a lei 4191 de 2003 que estabelece a política estadual de resíduos sólidos, definindo normas para disposição de resíduos sólidos em área de aquífero”. Vai a autógrafo.

APROVADO o Projeto de Lei nº 3873/2018, de autoria do deputado André Corrêa, que “Altera as Leis nº 4.247, de 16 de dezembro de 2003, e 5.234, de 05 de maio de 2008 que dispõem sobre a cobrança pela utilização dos recursos hídricos de domínio do estado do rio de janeiro e a lei nº 5639, de 06 de janeiro de 2010 que dispõe sobre os contratos de gestão entre o órgão gestor e executor da política estadual de recursos hídricos e entidades delegatárias de funções de agência de água relativos à gestão de recursos hídricos de domínio do estado e dá outras providências”. O PL recebeu três emendas, volta às Comissões Técnicas para análise das emendas recebidas.

PROJETOS DE LEI INCLUSOS NA PAUTA DA ORDEM DO DIA DESTAQUE PARA:

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
18/12/2018 - 14h45:00

EM REGIME DE URGÊNCIA
EM VOTAÇÃO, EM DISCUSSÃO ÚNICA

PL COMPLEMENTAR Nº 10/2015 - REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO, SUA COMPOSIÇÃO, ORGANIZAÇÃO E GESTÃO, DEFINE AS FUNÇÕES PÚBLICAS E SERVIÇOS DE INTERESSE COMUM, CRIA A AGÊNCIA EXECUTIVA DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO - *Análise das emendas de plenário.*

EM REGIME DE URGÊNCIA
EM VOTAÇÃO, EM DISCUSSÃO ÚNICA

PL Nº 4487/2018 - AUTORIZA O ESTADO DO RIO DE JANEIRO A REINSTITUIR O INCENTIVO FISCAL DE QUE TRATA A LEI ESTADUAL Nº 1954, DE 26 DE JANEIRO DE 1992. *Análise das emendas de plenário.*

SESSÃO ORDINÁRIA
18/12/2018 - 15:00

EM REGIME DE URGÊNCIA
EM DISCUSSÃO ÚNICA

PL Nº 4378/2018- REGULAMENTA OS PROCEDIMENTOS PARA APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS PERTINENTES A APLICAÇÃO DE RECURSOS EM PROJETOS CULTURAIS À QUE SE REFERE À LEI ESTADUAL Nº 7.035, DE 07 DE JULHO DE 2015, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO PROVIDÊNCIAS.

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 2ª DISCUSSÃO - REDAÇÃO DO VENCIDO - ASSIM EMENDADA

PL Nº 1506-A/2012 - ALTERA DISPOSITIVO DO ARTIGO 14 DA LEI Nº 2.657, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1996, QUE DISPÕE SOBRE O IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS.

PL Nº 49-A/2015 - TORNA OBRIGATÓRIA A EXIGÊNCIA DE TRATAMENTO SECUNDÁRIO EM ESTAÇÕES DE ESGOTOS SANITÁRIOS, ANTES DE SEU LANÇAMENTO EM CORPOS D'ÁGUA.

EM 2ª DISCUSSÃO - REDAÇÃO DO VENCIDO

PL Nº 1051-A/2015, DE AUTORIA DO DEPUTADO ROSENBERG REIS, QUE CRIA O SELO ESTADUAL “BICHO A SALVO”, A SER CONFERIDO A TODAS AS EMPRESAS E INSTITUIÇÕES QUE NÃO UTILIZEM ANIMAIS EM EXPERIMENTOS CIENTÍFICOS DE QUALQUER NATUREZA.

PL Nº 2381-A/2017 - POLÍTICA ESTADUAL DE APOIO À AGRICULTURA URBANA.

EM 2ª DISCUSSÃO

PL Nº 100/2015 - ALTERA A LEI Nº 6.439, DE 26 DE ABRIL DE 2013, QUE DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE INCENTIVO À MODERNIZAÇÃO, RENOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE DA FROTA DE CAMINHÕES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

PL Nº 2616/2017- TORNA OBRIGATÓRIA A DISPONIBILIZAÇÃO DE DOCUMENTO FISCAL POR ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS QUE PRESTAM SERVIÇO DE ENTREGA AO CLIENTE.

EM 1ª DISCUSSÃO

PL Nº 4041/2018 - ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS NOS CASOS DE IDENTIFICAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EDUCACIONAL ESCOLAR SEM A RESPECTIVA AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO PRÓPRIO DO SISTEMA NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
19/12/2018 - 14h45

EM REGIME DE PRIORIDADE EM DISCUSSÃO ÚNICA

(SUJEITO A DISPOSIÇÕES ESPECIAIS DE ACORDO COM OS ARTIGOS 197 A 201 DO REGIMENTO INTERNO.)

PROJETO DE LEI Nº 4443/2018, DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO (MENSAGEM Nº 36/2018), QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. **PARECER:** DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE, FAVORÁVEL A 2541 EMENDAS (82,13%); FAVORÁVEL COMO PRIORIDADE, A 421 EMENDAS (13,60%); FAVORÁVEL, COM SUBEMENDAS, A 12 EMENDAS (0,39%); PELA REJEIÇÃO A 119 EMENDAS (3,85%), PELA PREJUCABILIDADE A 1 EMENDA (0,03%), E COM VOTO FAVORÁVEL ÀS EMENDAS Nº 1468 E 2016 DOS DEPUTADOS GUSTAVO TUTUCA, LUIZ PAULO, COMTE BITTENCOURT, THIAGO PAMPOLHA, MÁRCIO PACHECO, ZAQUEU TEIXEIRA, ROSENVERG REIS. **RELATOR:** DEPUTADO GUSTAVO TUTUCA.

EM REGIME DE PRIORIDADE EM DISCUSSÃO ÚNICA

(SUJEITO A DISPOSIÇÕES ESPECIAIS DE ACORDO COM OS ARTIGOS 197 A 201 DO REGIMENTO INTERNO.)

PROJETO DE LEI Nº 4444/2018, DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO (MENSAGEM Nº 37/2018), QUE DISPÕE SOBRE A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 2016-2019, INSTITUÍDO PELA LEI Nº 7.211, DE 18 DE JANEIRO DE 2016. **PARECER:** DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE, FAVORÁVEL, 213 EMENDAS (72,95%) FAVORÁVEL COM SUBEMENDAS, A 10 EMENDAS (3,42%); PELA PREJUCABILIDADE A 59 EMENDAS (20,21%); PELA REJEIÇÃO A 10 EMENDAS (3,42%). **RELATOR:** DEPUTADO GUSTAVO TUTUCA.

EM REGIME DE URGÊNCIA
EM DISCUSSÃO ÚNICA

PL Nº 4506/2018 - ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.017, DE 09 DE JUNHO DE 2015, QUE DETERMINA A RESPONSABILIDADE TÉCNICA DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA PELO FUNCIONAMENTO DE ACADEMIAS E CONGÊNERES, DISPENSANDO A NECESSIDADE DE TERMO DE RESPONSABILIDADE ASSINADO POR MÉDICO PARA TANTO.

EM REGIME DE URGÊNCIA
EM DISCUSSÃO ÚNICA

PL Nº 4450/2018 - ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.035, DE 07 DE JULHO DE 2015, QUE INSTITUI O SISTEMA ESTADUAL DE CULTURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, O PROGRAMA ESTADUAL DE FOMENTO E INCENTIVO A CULTURA, E APRESENTA COMO ANEXO ÚNICO AS DIRETRIZES E ESTRATÉGIAS DO PLANO ESTADUAL DE CULTURA.

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 2ª DISCUSSÃO - REDAÇÃO DO VENCIDO - ASSIM EMENDADA

PL Nº 2837-A/2017 - DETERMINA A OBRIGATORIEDADE DO FORNECIMENTO DO PROTOCOLO DE ATENDIMENTO POR PARTE DOS ESTABELECIMENTOS QUE REALIZAM ASSISTÊNCIA TÉCNICA A CONSUMIDORES DE PRODUTOS E SERVIÇOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EM 2ª DISCUSSÃO - REDAÇÃO DO VENCIDO

PL Nº 1948-A/2013 - DETERMINA QUE TODAS AS MONTADORAS DE VEÍCULOS, QUE TENHAM SEUS CARROS VENDIDOS NAS CONCESSIONÁRIAS NO ÂMBITO DO RIO DE JANEIRO, EXIBAM, EM SUA FROTA, A ETIQUETA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DE ENERGIA-ENCE.

INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA DE ACORDO COM O § 1º DO ARTIGO 47 DO REGIMENTO INTERNO.

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 1ª DISCUSSÃO

PL Nº 4148/2018 - ALTERA A LEI Nº 4.962, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2006 QUE CRIA O FUNDO ESTADUAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FEHIS.

PL Nº 4431/2018 - DETERMINA QUE, NO MÍNIMO, 10% (DEZ POR CENTO) DAS VAGAS DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DA SAÚDE QUE FIRMAREM CONTRATO DE GESTÃO COM O PODER EXECUTIVO DEVEM SER RESERVADAS AO PRIMEIRO EMPREGO DE AUXILIARES DE ENFERMAGEM, TÉCNICOS DE ENFERMAGEM E ENFERMEIROS, NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SESSÃO ORDINÁRIA DO
DIA 20/12/2018

**EM REGIME DE URGÊNCIA
EM DISCUSSÃO ÚNICA**

PL Nº 4513/2018 - OBRIGATORIEDADE DE INCLUSÃO, EM UM PERCENTUAL MÍNIMO DE 30% (TRINTA POR CENTO), DE PRODUTOS ORGÂNICOS OU DE BASE AGROECOLÓGICA NA ALIMENTAÇÃO FORNECIDA AOS PACIENTES DOS HOSPITAIS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO.

**EM REGIME DE URGÊNCIA
EM DISCUSSÃO ÚNICA**

PL Nº 4475/2018- DECLARA COMO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL IMATERIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO O INSTITUTO BRASILEIRO DE AUDIOVISUAL - ESCOLA DE CINEMA DARCY RIBEIRO, NO CENTRO HISTÓRICO DO RIO DE JANEIRO, COMO CENTRO DE REFERÊNCIA NA FORMAÇÃO E PRODUÇÃO AUDIOVISUAL, CULTURAL E ARTÍSTICO, DE EDUCAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL.

EM 2ª DISCUSSÃO - REDAÇÃO DO VENCIDO

PL Nº 24-A/2015 - DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE COBRANÇA DE TARIFA DE ESGOTO INCIDENTE SOBRE AS PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS DE REAPROVEITAMENTO E USO DAS ÁGUAS DAS CHUVAS.

EM 2ª DISCUSSÃO

PL Nº 2016/2016 - ALTERA A LEI 4191 DE 2003 QUE ESTABELECE A POLÍTICA ESTADUAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS, DEFININDO NORMAS PARA DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM ÁREA DE AQUÍFERO.

⇒ SINOPSE DIÁRIO OFICIAL - PARTE I:

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Ofício GG/PL nº 787 de 07 de dezembro de 2018

Veto total aposto ao PL 185-A/2015

Autor: deputado Zito

Dispõe sobre a reativação da estação ferroviária São Bento, e dá outras providências. (DO-I 10/12/18)

Ofício GG/PL nº 789 de 07 de dezembro de 2018

Veto total aposto ao PL 2188-A/2016

Autor: deputado Dr. Julianelli

Cria programa de incentivo à produção de polpas de frutas regionais pelos pequenos produtores rurais do estado do Rio de Janeiro. (DO-I 10/12/18)

Ofício GG/PL nº 790 de 07 de dezembro de 2018

Veto total aposto ao PL 4107-A/2018

Autores: deputados Carlos Minc e André Ceciliano

Dispõe sobre a execução das técnicas radiológicas exclusivamente por técnicos e tecnólogos em radiologia, nos termos da lei Federal nº 7.394, de 1985, e dá outras providências. (DO-I 10/12/18)

Ofício GG/PL nº 790 de 07 de dezembro de 2018

Veto total aposto ao PL 2832-A/2017

Autor: deputado André Ceciliano

Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com empresas de manutenção automotiva para os fins que especifica.

AGORA É LEI:

Lei nº 8.246 de 10 de dezembro de 2018

Autor: Deputados André Ceciliano e André Lazaroni

Dispõe sobre a criação do Plano Estadual de Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca - PELLLB-RJ no estado do Rio de Janeiro.

Sancionado com vetos parciais (DO-I 11/12/18).

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Decreto nº 46.523 de 11 de dezembro de 2018

Altera o Decreto nº 46.409/2018, que reinstalou os benefícios fiscais, nos termos do Convênio ICMS 190/17, para incluir as datas finais de fruição dos mesmos. (DO-I de 12/12/18)

Decreto nº 46.524 de 12 de dezembro de 2018

Dispõe sobre a prorrogação de prazo de vigência dos convênios entre o estado do Rio de Janeiro e seus municípios no âmbito do Programa Somando Forças, e dá outras providências. (DO-I de 13/12/18).

Ato do Interventor

Decreto nº 34 de 10 de dezembro de 2018

Dispõe sobre a Estratégia de Inteligência de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (EISPERJ).

Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento

Subsecretaria de Estado de Receita

Superintendência de Fiscalização

Portaria SUFIS nº 320 de 11 de dezembro de 2018

Altera o Subanexo IV do Anexo I da Parte II da Resolução SEFAZ nº 720, de 07 de fevereiro de 2014, que dispõe sobre o Cadastro de Contribuinte do ICMS. (DO-I de 12/12/18).

Secretaria do Estado do Ambiente

Instituto Estadual do Ambiente

Resolução INEA nº 158 de 27 de novembro de 2018

Institui o Programa de Proteção e Recuperação de Mananciais no estado do Rio de Janeiro - PACTO pelas águas. (DO-I de 10-12-18).

Portaria INEA-DIBAPE nº 104 de 05 de dezembro de 2018

Estabelece a Composição do Conselho Consultivo do Refúgio de Vida Silvestre Estadual da Serra da Estrela.

Conselho Estadual do Meio Ambiente do estado do Rio de Janeiro

Resolução CONEMA nº 87 de 07 de dezembro de 2018

Dispõe sobre plataforma digital de licenciamento ambiental e procedimento para realização de requerimentos de licenciamento ambiental no estado do rio de Janeiro, e dá outras providências. (DO-I de 12/12/18).

LEIS PROMULGADAS PELA PRESIDÊNCIA DA ALERJ

- **Lei complementar nº 182/2018(atualizada)- PLC nº 56/2018**, de autoria do Poder Executivo (mensagem nº 33/2018), que dispõe sobre a redução de multa e de juros de mora, no caso de pagamentos em parcela única ou mais de uma parcela, de créditos tributários relativos ao ICMS, na forma que especifica, de acordo com o autorizado no Convênio ICMS 75/18.
- **Lei 8203 de 10/12/2018** - PL nº 2735-A/2014, de autoria da deputada Enfermeira Rejane, que institui o programa de inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho e dá outras providências.
- **Lei 8208 de 10/12/2018** - PL nº 1645-A/2016, de autoria da deputada Lucinha, que recomenda às empresas que fabricam e distribuem bebidas alcoólicas no estado do Rio de Janeiro a disponibilizarem 10% do seu orçamento gasto com propaganda em programas e anúncios educativos contra o alcoolismo e acidentes de trânsito decorrentes do uso do álcool.
- **Lei 8209 de 10/12/2018** - PL nº 1220-A/2012, de autoria do deputado Gilberto Palmares, que dispõe sobre a publicização do quadro de horários e frotas das linhas de transporte rodoviário intermunicipal.
- **Lei 1252 de 10/12/2018** - PL nº 1252-A/2012, de autoria dos deputados Enfermeira Rejane, Sabino, Edson Albertassi, Andreia Busatto, Roberto Henriques e Jânio Mendes, que cria o programa estadual de recuperação da malha ferroviária com objetivos turísticos.
- **Lei 8.212 de 10/12/2018** - PL nº 1430-A/2016, de autoria do deputado Wagner Montes, que dispõe sobre o direito do consumidor obter comprovantes de pagamentos que tenham durabilidade do texto impresso de pelo menos 5(cinco) anos.
- **Lei 8.216 de 10/12/2018** - PL nº 2558-A/2017, de autoria do deputado Gustavo Tutuca, que altera a lei estadual nº 4.119, de 1º de julho de 2003, para dispor sobre a obrigatoriedade de aplicação do teste de glicemia capilar nos prontos socorros e unidades de saúde em crianças de 0 a 6 anos, 11 meses e 29 dias de idade, em todos os municípios do estado.
- **Lei 8.217 de 10/12/2018** - PL nº 3433/2017, de autoria dos deputados André Ceciliano e Gilberto Palmares, que institui feriado estadual bancário a quarta-feira de cinzas e dá outras providências.

→ **Lei 8212 de 11/12/2018** - PL nº 1993/2016, de autoria do deputado Dr. Deodalto, que dispõe sobre a realização de exames de troponina cardíaca em pacientes na rede pública de saúde do estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

→ **Lei 8.219 de 108/12/2018** - PL 4324/2018, de autoria dos deputados Dr. Julianelli e Gilberto Palmares, que altera a lei nº 4119, de 1º de julho de 2003, que dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos e materiais necessários a sua aplicação e à monitoração da glicemia capilar aos portadores de diabetes e dá outras providências.

→ **Lei 8.220 de 10/12/2018** - PL nº 1427-A/2016, de autoria do deputado Wagner Montes, que dispõe sobre a publicidade das informações de arrecadação do ICMS no estado do Rio de Janeiro.

→ **Lei 8139/2018 (atualizada)** - PL nº 4012-A/2018, de autoria do deputado Iranildo Campos, que dispõe sobre o uso preferencial de agregados reciclados em obras e serviços de engenharia executados pelo estado de Rio de Janeiro.

→ **Lei 8224 de 11/12/2018** - PL nº 3938/2018, de autoria do deputado Iranildo Campos, que dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação, nos postes, pilares e colunas que possuam instalações elétricas, de dispositivos de proteção a corrente diferencial-residual que impeçam que choques elétricos sejam fatais.

→ **Lei 8.228 de 10/12/2018** - PL nº 1749/2016, de autoria do deputado Zaqueu Teixeira, que proíbe a emissão de documento fiscal com origem em outro estado da federação, pelas empresas contratadas pelo governo do estado do Rio de Janeiro.

→ **Lei 8151/2018 (atualizada)** - PL nº 2259/2016, de autoria do deputado Carlos Minc, que institui o sistema de logística reversa de embalagens e resíduos de embalagens no âmbito do estado do Rio de Janeiro, de acordo com o previsto na lei federal nº 12.305, de 2010 e no decreto nº 7404, de 2010.

→ **Lei nº 8.091/2018 (atualizada)** - PL nº 3010/2017, de autoria do deputado Dica, que dispõe sobre a disponibilidade de vistoria anual do DETRAN-RJ aos veículos movidos a GNV (Gás Natural Veicular).

Informe Legislativo Estadual – Diretoria Jurídica/GGJ. Publicação semanal da Gerencia Jurídica de Defesa de Interesse Coletivo (GJD). Equipe Técnica: Gerente: Flavia Ayd – Assistentes: Isaura Machado; Reinaldo Oliveira Ferreira Junior e Tatiane Abranche. Informações técnicas e obtenção de cópias das propostas apresentadas neste informe através dos telefones: (21) 2563.2515; fax (21) 2563.4419, ou por e-mail: Isaura@firjan.org.br. Av. Graça Aranha nº 1. Autorizada a reprodução desde que citada a fonte. As informações citadas nesse informe foram retiradas dos Diários Oficiais dos Poderes Executivo e Legislativo do Município do Rio de Janeiro.